COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB – CE
GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, CIDADANIA, MULHERES E DIREITOS HUMANOS

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE CIB-CE, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2020 (LAVRADA SOB FORMA SUMÁRIA DE ACORDO COM O ARTIGO 130, PARÁGRAFO 1º DA LEI Nº 6.404/76)

Aos vinte e sete dias de março do ano de dois mil e vinte, às 14:00 horas à distância, por meio do aplicativo Zoom Live, realizou-se a 3ª Reunião Ordinária da CIB-CE para a qual todos os seus membros foram devidamente convocados com a seguinte pauta: 1)Abertura; 2)Apreciação e aprovação da Pauta; 3)Pactuação do cofinanciamento dos serviços e benefícios eventuais por meio de blocos; 4)Proteção Especial de alta complexidade: Critérios de cofinanciamento dos serviços de acolhimento; Regionalização dos serviços ofertados pelo estado; 5)Prorrogação do prazo de preenchimento do Plano de Ação; 6)Informes –Nota de esclarecimento sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavirus/ COVID 19 no âmbito do Sistema Único de Assistência Social. Participaram os seguintes membros: Francisco José Pontes Ibiapina – Coordenador; Ieda Nobre de Castro – suplente; Vanda Anselmo Braga dos Santos – titular; Glauciane de Oliveira Viana – titular; Célia Maria de Sousa Melo Lima – titular; Francisco Paulo Pimenta - titular; José Arimatéia de Oliveira - titular; Francisca Mary Sousa Silva – suplente; Silvana de Matos Brito Simões – titular; Márcia Maria Medeiros Dutra – Suplente; Célia Leite Carvalho – suplente; Izaura Gomes do Nascimento de Oliveira – titular; Mônica Regina Gondim Feitoza – titular; Márcio Damasceno Farias – titular; Ana Geórgia Veras Santana – suplente; Elba Carneiro Falcão de Almeida – Secretária Técnica. Como convidada: Margarida Ravenna Guimarães Chaves – Representante do Ceas-Ce. Sob a coordenação do secretário Francisco Ibiapina, foi iniciada a reunião. Cumprimentou a todos e procedeu com a apreciação da pauta, foi incluído um item de pauta Discussão e pactuação da flexibilização dos benefícios eventuais para adquirir cestas básicas neste momento de calamidade pública, em decorrência da pandemia do Covid-19. Mônica solicitou que o item que trata da regionalização fosse transferido para a próxima reunião. Ieda que com a retirada da pauta, como é sua primeira reunião, solicitou que fosse repassado alguns informes sobre a regionalização. O coordenador indagou se foi encaminhado para os membros a minuta da portaria do cofinanciamento por blocos para apreciação e contribuições, a secretária afirmou do envio, mas não houve nenhum retorno, ficou como encaminhamento reenviar a minuta com prazo para contribuições, sendo acordado para entrar como ponto de pauta, após as contribuições a SPS fará a sistematização e apresentará na próxima reunião. Ieda de Castro solicitou o encaminhamento da portaria. Elba justificou que não foi enviada devido ter entrado na CIB recentemente, mas encaminhará para os novos membros. Ieda indagou se a portaria não possibilita usar os recursos dos benefícios eventuais para custeio, de acordo com a necessidade dos municípios. Ibiapina ponderou que talvez não seja possível, a portaria é mais voltada para Proteção Especial da Alta e da Média Complexidade, como também da Proteção Básica, atualmente vinculada ao Paif, daria liberdade para usar os recursos, já adotado pelo governo federal. Em seguida, foi tratado o item prorrogação do Plano de Ação, solicitado pelo Coegemas, demandado por Arimatéia, que justificou que os municípios solicitaram essa prorrogação, tendo em vista que o prazo é até 31 de março. Diante desta situação dos decretos estadual e municipais, os municípios estão impossibilitados de reunir os conselhos para aprovação, então solicitou que seja prorrogado até 30 de abril. O coordenador abriu para debates. Paulo Pimenta solicitou complementações, concordou com a reivindicação de Arimatéia, sugeriu que o Plano de Ação e o demonstrativo do exercício anterior, com a proposta que no mesmo sistema, mas em abas distintas fosse contemplado o Plano de Ação e o demonstrativo, acrescentando que iria facilitar para os municípios. Paulo questionou se os municípios com saldo em conta, diante dessa emergência, não podem ser flexibilizados para aquisição de cestas

básicas. Arimatéia apresentou a sugestão de sistematizar o relatório de gestão, livrando assim do papel, trata-se de um processo de evolução da vigilância da Gestão do Suas do estado. Vanda manifestou dúvidas na proposta apresentada por Paulo que sugeriu no mesmo sistema Plano de Ação e demonstrativo. Paulo explicou que serão abas diferentes. Foi pactuado a prorrogação do prazo de entrega do Plano de Ação dos municípios até 31 de maio do ano em curso. Diante da situação de calamidade que atinge mundialmente, foi discutido que os recursos dos benefícios eventuais sejam flexibilizados, considerando a existência de uma resolução da CIB, que se destinam apenas para auxílio natalidade e mortalidade. A solicitação dos membros que esse recurso possa ser flexibilizado para aquisição de cestas básicas e também de acordo com as necessidades dos municípios. Foi pactuado a utilização dos recursos do cofinanciamento estadual destinados aos benefícios eventuais na aquisição de cestas básicas e outros produtos necessários as provisões suplementares e provisórias as famílias excepcionalmente enquanto perdurar o estado de calamidade pública. Ieda de Castro solicitoua ampliação dos recursos destinados aos benefícios eventuais, sugerindo que a secretária Drª Socorro França negocie com o governador a ampliação desses recursos. Passando para os informes, foi tratado a Nota de esclarecimento sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus/Covid-19 no âmbito do Sistema Único de Assistência Social. Mônica mencionou o Plano de Contingência da Alta Complexidade como também da Média Complexidade com o foco nos moradores de rua, referente aos cuidados. Célia Melo destacou que a SPS dará apoio técnico na elaboração do Plano de Contingência aos municípios, estratégias e assessoramento por regiões. Mônica destacou a importância da articulação com agentes de saúde. O coordenador abordou ofício encaminhado pelo Coegemas a SPS, em consideração a complexidade do cenário de emergência em saúde pública que atravessamos pela pandemia do Coronavírus/Covid-19. Diante desse quadro, solicitou as seguintes ações da SPS: Congelamento da base para liberação dos recursos do CMIC – O Estado não irá excluir os beneficiários – Solicitação de inclusão dos trabalhadores do Suas no grupo prioritário para a vacina H1N1 – A SPS fez a solicitação a SESA, aguardando retorno – Solicitação do reconhecimento dos serviços socioassistenciais como essenciais, a SPS encaminhou a solicitação ao gabinete do governador – Solicitação de ampliação do número de beneficiários do CMIC – Em avaliação do impacto financeiro pela SPS – Apoio técnico aos municípios para elaboração do Plano de Contingência dos municípios já planejado por regiões – Liberação dos recursos do cofinanciamento do Estado para BE, já pactuado nesta reunião. O coordenador informou que alguns pleitos foram concretizados e outros estão em andamento, que a SPS não medirá esforços para que todas as solicitações sejam atendidas. Dando continuidade, Márcia Dutra perguntou sobre os recursos do Paif, se podem ser flexibilizados para aquisição de equipamentos de proteção individuais – EPI's. Em seguida foi tratado o último item por solicitação de Ieda de Castro sobre o processo de regionalização. Mônica fez um breve relato. Informou que foi instalada uma câmara técnica, composta pelo sistema de justiça, sendo realizada aproximadamente 4 reuniões que contribuíram muito para elaboração da regionalização da Alta Complexidade. Nada mais havendo a tratar, o coordenador agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a reunião. Comissão Intergestores Bipartite – CIB/CE, Fortaleza – CE, aos 27 dias de março de dois mil e vinte.